

tão longe,
tão perto

SEM MORADIA NÃO HÁ ISOLAMENTO
PRECISAMOS DE CASA PARA VIVER!

comuna

BALANÇO DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR 2020


**renato
roseno**
DEP. ESTADUAL PSOL/CE



Abertura do mestrado profissional em “Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho”, parceria da Fiocruz com movimentos populares, no Centro de Formação e Capacitação Frei Humberto, em Fortaleza. (13 de março)

sumário

Editorial	p. 5
Janeiro	p. 6
Fevereiro	p. 8
Março	p. 10
Abril	p. 12
Maió	p. 14
Junho	p. 16
Julho	p. 18
Agosto	p. 20
Setembro	p. 22
Outubro	p. 24
Novembro	p. 26
Dezembro	p. 28
Pandemia	p. 30
Eleições 2020	p. 32
Iniciativas	p. 34
Transparência	p. 38
Quem faz o mandato	p. 40

EXPEDIENTE

Jornalista responsável: **Felipe Araújo (JP - 01174 - CE)** | Diagramação: **Mariana Tamas** | Fotos: **Luly Pinheiro, Galba Nogueira, Alana Soares, Felipe Araújo, Raissa Veloso e Ascom-AL**

“Tão longe, tão perto” é o nome de um filme de 1993 do diretor alemão Win Wenders. É também o nome que escolhemos para a prestação de contas do nosso mandato neste difícil ano de 2020.

A escolha se deu por duas razões. Primeiro pela alegoria que reflete o distanciamento físico e as restrições aos contatos pessoais a que fomos submetidos por questões sanitárias ao longo dos últimos nove meses. Nunca estivemos tão longe dos nossos afetos, dos nossos familiares, dos nossos amigos.

Ao mesmo tempo, a mediação das redes sociais permitiu que ampliássemos o diálogo de forma virtual com nossos interlocutores. Apesar da distância física, nunca estivemos tão perto uns dos outros, dialogando, reivindicando e levando adiante nossas lutas a partir e através do campo digital.

A segunda razão se dá pelo enredo do próprio filme, que retrata o desejo e a busca pelo sentido da experiência humana. No difícil cenário de pandemia que enfrentamos em 2020 – e que continuaremos a enfrentar ao longo dos primeiros meses de 2021 –, a afirmação do humanismo, da empatia

e da democracia foi uma das tarefas mais desafiadoras num país governado pelo espírito autoritário e pela negligência assassina de Bolsonaro.

Assim, ao apresentar aos leitores e leitoras este balanço das nossas atividades parlamentares, manifestamos nosso respeito e nossa solidariedade às centenas de milhares de famílias brasileiras que choraram seus mortos em 2020. Com mais de 200 mil que amargaram a dor de perder seus entes para a Covid-19, doença irresponsavelmente banalizada pelo governo federal.

Todas essas pessoas que se foram, no entanto, seguirão na memória de seus familiares e amigos. Servirão de inspiração para a luta urgente contra o governo genocida de Bolsonaro, que vai corroendo nossa democracia e nossos referenciais de humanidade e solidariedade.

Mesmo ausentes fisicamente, elas permanecerão em nossos corações, de mãos dadas conosco em nossa busca permanente por uma nova experiência humana, por uma nova experiência de país e de estado, com mais responsabilidade e cuidado com a vida em todas as suas dimensões.

editorial

Que aprendamos com 2020 a saudar novamente em 2021 aquilo que pode nos fortalecer em nossa humanidade. Mesmo tão longe, nossos mortos seguem a nosso lado, muito perto das nossas melhores lutas.

Boa leitura!



Renato Roseno durante sessão extraordinária realizada no domingo (1 de março) para discutir a paralisação dos policiais militares



Índios Pitaguary. Lei de nossa autoria (Lei Estadual 17.165/20) reconheceu a existência e a contribuição dos povos indígenas no Ceará. Crédito: Thiara Montefusco/Divulgação/ Governo do Estado.



Agrotóxicos. Agronegócio sofre derrota na justiça em sua tentativa de derrubar nossa lei que proíbe a pulverização aérea no Estado.



À esquerda: **Interior.** Em Piquet Carneiro, apresentamos o trabalho do Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. À direita: **Chuvas.** Comunidades atingidas pelas enchentes em Fortaleza fizeram protesto na Beira Mar pedindo mais investimento público na periferia.



janeiro

O ano começou com a sanção da Lei 17.165/20, de autoria do nosso mandato, que reconhece a presença dos povos indígenas no território cearense e sua contribuição para a formação do povo e da cultura do nosso estado.

Desesperados para derrubar a lei Zé Maria do Tomé (lei estadual 16.820/19), que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado, os representantes do agronegócio sofreram uma grande derrota na Justiça. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada no Tribunal de Justiça do Estado (TJCE) contra nossa lei foi extinta por decisão do desembargador Francisco de Assis Filgueira. A luta em defesa da nossa lei prossegue no STF, onde aguarda julgamento.

Todos os anos, nosso mandato percorre dezenas de municípios cearenses. Em 2020, por conta da pandemia, essas viagens não foram possíveis. Mas antes da chegada do coronavírus, visitamos algumas cida-

des. Entre elas, o município de Piquet Carneiro, onde apresentamos o trabalho do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA); e o Crato, onde participamos do acampamento estadual do Rua - Juventude Anticapitalista, na Universidade Regional do Cariri (Urca).

Todo início de ano, os bairros periféricos da Capital sofrem com enchentes e alagamentos. Mas enquanto milhares de pessoas enfrentam grandes dificuldades durante a quadra chuvosa, a prefeitura de Fortaleza e o governo do Estado priorizam investimentos para as áreas nobres. No fim de janeiro, um grande ato na Beira Mar reunindo movimentos sociais e representantes das comunidades atingidas pelas enchentes denunciou essa inversão de prioridades e pediu mais recursos para obras de saneamento e drenagem na periferia.

fevereiro



Economia. ADI que pede fim da isenção fiscal para os agrotóxicos segue em julgamento no STF. (Crédito: Divulgação/EBC)



Petroleiros. Categoria fez a maior greve em 25 anos, denunciando o desmonte da Petrobras. (Crédito: Divulgação)



Policiais militares. Nosso mandato acompanhou o diálogo entre policiais e governo, defendendo os direitos dos trabalhadores da segurança pública e da população. (Crédito: Divulgação)



Carnaval. Uma saudação à alegria popular nas ruas e praças de Fortaleza. (Crédito: Divulgação)

Em fevereiro, o STF anunciou o início do julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PSOL contra os benefícios fiscais para agrotóxicos. O relator da matéria, ministro Edson Fachin, se posicionou favoravelmente à inconstitucionalidade desses benefícios, mas o julgamento acabou sendo suspenso em novembro com um pedido de vistas por parte do ministro Gilmar Mendes.

Também manifestamos nosso apoio e nossa solidariedade aos petroleiros, que realizaram a maior greve da categoria nos últimos 25 anos. Essa luta é uma luta de toda a sociedade brasileira que deseja manter a Petrobras pública e estatal. O governo federal segue desmontando a empresa e quer entregar o setor energético para o capital internacio-

nal, colocando em risco a segurança nacional e os interesses geopolíticos do Brasil.

A paralisação dos policiais militares deixou muitas cicatrizes, mas também lições fundamentais. Sobretudo, a necessidade de abrir o debate sobre a urgência de uma nova agenda para a área. É preciso rever a aposta reiterada no policiamento ostensivo, com a ampliação do efetivo a qualquer custo; e os processos truncados de negociação, que levaram a um desgaste constante na relação entre governo e tropa.

O início do ano já revelava algumas dificuldades do que estava por vir no restante de 2020. Mas houve tempo para leveza. No carnaval, fomos saudar a alegria popular nas ruas e praças e reafirmar nosso desejo de liberdade.

MARÇO



Pandemia. Os primeiros casos são registrados no Ceará e a Covid se abate sobre a população cearense impondo novos hábitos. Sessões e reuniões da AL passam a ser virtuais. (Crédito: Junior Pio/ASCOM-AL)



Assistência Social. Reunião da Frente Parlamentar discute os impactos orçamentários da redução de repasse de recursos ao SUAS por parte do Governo Federal. (Crédito: Divulgação)



8 de março. Um grande ato percorreu as ruas da Praia de Iracema pelo o fim do machismo e do racismo e pedindo justiça por Marielle Franco. (Crédito: Divulgação)

Em março, o Ceará passou a conviver mais diretamente com a tragédia da Covid, que acabaria por tirar a vida de milhares de cearenses. Desde os primeiros registros da doença no país e em nosso estado, nosso mandato acompanhou com muita atenção e propôs inúmeras medidas de enfrentamento à expansão da pandemia, seus desdobramentos econômicos e, principalmente, seus impactos sobre a saúde pública (leia mais sobre as ações do mandato durante a pandemia na página 30).

Mas antes da chegada da Covid, ainda houve tempo para alguns atos de rua, como as manifestações do 8 de março. Foi um evento unificado, grande e bonito, que reuniu milhares de pessoas para celebrar o Dia Internacional de Luta das Mulheres. Com bandeiras de denúncia do fascismo, do machismo, do racismo e da LBTfobia, uma enorme marcha percorreu as ruas da Praia de Iracema.

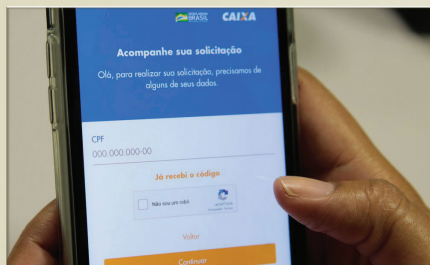
Também houve articulações da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para denuncia dos os impactos orçamentários nos serviços assistenciais decorrentes da redução do repasse de recursos do Governo Federal. Por fim, hou-



Marielle. Homenagens no 14 de março levaram arte e solidariedade para a Praça do Ferreira para celebrar a memória da militante que se fez semente de resistência em todo o País. (Crédito: Divulgação)

ve manifestação em Fortaleza, no 14 de março, para lembrar os dois anos do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Um amanhecer solidário e cultural na Praça do Ferreira e um debate no Centro de Formação Frei Humberto celebraram a memória da vereadora carioca assassinada de forma cruel e covarde em 2018.

abril



Ao lado: **Auxílio emergencial.** Congresso aprovou R\$ 600 enquanto Bolsonaro defendeu apenas R\$ 200. Tema da renda básica pautou muitas iniciativas do mandato ao longo do ano. (Crédito: Marcelo Casal Jr. / Agência Brasil)

Embaixo, à esquerda: **Coronavírus.** Reunida de forma virtual, Assembleia aprovou projeto que instituiu medidas de atenção às populações vulneráveis durante as pandemias. (Crédito: Junior Pio / ASCOM AL)

Abaixo: **Transparência.** Emenda de nossa autoria definiu regras de transparência para o uso de recursos públicos durante estado de calamidade. (Crédito: Junior Pio / ASCOM AL)



O mês de abril começa com a publicação da lei que estabeleceu o pagamento de uma renda básica emergencial, no valor que varia de R\$ 600 a R\$ 1200, às famílias de trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, durante a crise do novo coronavírus.

Esse valor foi aprovado pelo Congresso Nacional e foi uma vitória da oposição ao governo Bolsonaro, já que o presidente queria limitar o auxílio a apenas R\$ 200. O tema da renda básica marcaria alguns pronunciamentos e eventos promovidos pelo mandato ao longo do ano, mas na perspectiva de um benefício permanente, promotor da cidadania e da redução da desigualdade social.

Ainda em abril, ao lado de um grupo de cerca de cem parlamentares, professores e entidades de defesa de direitos humanos, nosso mandato protocolou uma denúncia contra Jair Bolsonaro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O documento denunciou a violação sistemática, por parte do governo, do direito da população às informações acerca dos riscos decorrentes da pandemia.

Ao longo de todo o ano, e a exemplo dos anos anteriores, a desinformação foi uma arma funda-

mental para a extrema-direita na atual disputa de hegemonia política no Brasil e no mundo. Ela se tornou um instrumento de ataque às bases democráticas e passou a se configurar como uma grave violação aos direitos humanos.

Na Assembleia Legislativa do Ceará, uma emenda do nosso mandato ao decreto de reconhecimento de estado de calamidade pública nos municípios cearenses estabeleceu regras de transparência para o uso do dinheiro público.

PANDEMIA. Mandato assinou denúncia feita contra Bolsonaro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por promoção de desinformação. (Crédito: Divulgação)



maio



Bolsonaro e Moro.

Para o bolsonarismo, o ex-juiz foi de herói a vilão num passe de mágica. Mandato denunciou as ameaças à democracia por parte do presidente. (Crédito: Agência Brasil)



Acima: **Juventude.** Lançamento de relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência contou com a presença do professor Pedro Rossi, da Unicamp; e da psicóloga Andrea Esmeraldo, do Conselho Federal de psicologia. (Crédito: ASCOM-AL)



Ao lado: **A fé em defesa da vida.** Em campanha lançada pelo mandato, líderes religiosos reforçaram a necessidade de isolamento social como forma de prevenção da Covid-19. (Crédito: reprodução)

Maio foi o mês em que Bolsonaro radicalizou sua ameaça à democracia. Com sua popularidade em queda e com o aumento das mortes por Covid, sua bolha tornou-se menor, mais violenta e autofantásica. O antes herói Moro foi transformado em vilão num passe de mágica. E ficou escancarado para o mundo que cobrar responsabilidade ou empatia ao sofrimento dos brasileiros e brasileiras tornou-se ainda mais inócuo e ineficaz, porque não são esses tipos de valores que movem o bolsonarismo. Nosso mandato denunciou sistematicamente esse projeto de poder e de morte, que torna as pessoas e as instituições instrumentos de uso pessoal do presidente.

Por conta do lockdown, com os estudantes impedidos de frequentarem as aulas, a AL aprovou um projeto de lei de autoria nossa e de vários deputados que dispõe sobre a redução das mensalidades da rede privada de ensino, bem como a proibição da cobrança de juros e multas pela inadimplência das mensalidades durante o plano de contingência do novo coronavírus.

Ao longo do mês, o mandato apresentou muitos requerimentos relativos ao enfrentamento da Covid: prorrogação de bolsas estudantis, suspensão das remoções e despejos durante o período de pandemia e o adiamento das provas do ENEM. Também lançou a campanha “O isolamento em defesa da saúde; a fé em defesa da vida”. Líderes religiosos de diversos credos deram seus testemunhos de fé e de amor ao próximo e reforçaram a necessidade de isolamento social como forma de prevenção do Covid-19.

Em formato virtual, houve o lançamento do relatório semestral “Cada Vida Importa”, do Comitê Cearense de Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CCPHA). O evento contou com a participação do professor Pedro Rossi, do Instituto de Economia da Unicamp; da psicóloga Andrea Esmeraldo, do Conselho Federal de Psicologia; e do sociólogo Thiago de Holanda, coordenador das pesquisas do CCPHA.



junho

No alto, à esquerda: **Pandemia**. Projeto garantiu o envio de informações a familiares de pessoas internadas com Covid-19 no Ceará. (Crédito: Divulgação - SESA)

Ao lado: **Direito à cidade**. TJ-CE confirmou decisão que obriga prefeitura a urbanizar a comunidade Raízes da Praia, na Praia do Futuro. (Crédito: Divulgação - ASCOM/DPE)

Acima: **Orçamento**. Emenda de nossa autoria obriga o governo a demonstrar a execução dos recursos destinados às políticas públicas de igualdade racial. (Crédito: Agência Brasil)

O mês de junho começou com a apresentação de um Projeto de Indicação de nossa autoria propondo a criação de um memorial em homenagem às vítimas do novo coronavírus no estado do Ceará. Entre outras propostas, apresentamos um protocolo de medidas para a retomada das atividades presenciais nas escolas do Estado e um projeto que garante o envio de informações a familiares de pessoas internadas com Covid-19.

Na área de moradia e direito à cidade, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) confirmou a decisão favorável à comunidade Raízes da Praia, na Praia do Futuro. A Ação Civil Pública (ACP) interposta pela Defensoria Pública do Estado pedia a urbanização da comunidade, cuja luta é acompanhada por nosso mandato.

Na Assembleia, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021 aprovou emenda de nossa autoria que obriga o governo a demonstrar a execução dos recursos destinados às políticas públicas de igualdade racial. Também como resultado de uma emenda de nosso mandato à LDO,



Luto. Manifestação do coletivo Rebento na Praia de Iracema (13 de junho) contra o descaso do governo federal com a crise sanitária. Indicação de construção de um memorial em homenagem às vítimas da Covid-19 foi aprovado na AL. (Credito: Divulgação/Coletivo Rebento)

o Estado só poderá celebrar convênios com indivíduos e instituições que não tenham divulgado “fake news” relativas à pandemia do coronavírus. Outra proposta proibiu a publicidade institucional em veículos que disseminem fake news e que produzam conteúdos atentatórios aos direitos humanos.

julho



Resistência. Paralisação dos entregadores de aplicativo denunciou exploração pela desregulamentação do trabalho e destruição dos direitos trabalhistas. (Crédito: Divulgação/Annelizefotografia)



Sessão presencial. No fim de julho, a Assembleia retoma suas atividades presenciais e Renato é o primeiro a ocupar a tribuna do plenário. (Crédito: ASCOM AL)



Direitos Humanos. Renato participa de inspeção em presídio por meio de videoconferência. A iniciativa foi do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e da Corregedoria de Presídios da Comarca de Fortaleza. (Crédito: Divulgação/TJ-CE)

Um mês de julho começou com uma grande paralisação nacional dos entregadores de aplicativos. Os entregadores são uma das categorias fundamentais para a manutenção dos serviços essenciais no meio da pandemia, mas também um dos grupos mais explorados pela desregulamentação do trabalho e pela destruição dos direitos trabalhistas.



Julho também foi importante para a luta ambientalista. Após pressão da sociedade civil, dos movimentos sociais e de representações encaminhadas ao Ministério Público - uma assinada pelo deputado estadual Renato Roseno (PSOL) e outra pelo presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/CE, João Alfredo Telles Melo -, a Prefeitura de Fortaleza recuou da autorização concedida para o loteamento anunciado para as Dunas da Sabiaguaba.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou trinta anos. Parlamentares e integrantes da sociedade civil divulgaram uma carta aberta em que denunciavam retrocessos nas políticas voltadas à infância e à juventude no Brasil. Nosso mandato foi um dos signatários do texto. Ao longo do mês, uma série de atividades e debates virtuais foram realizadas para celebrar o aniversário do estatuto.

30 anos do ECA. Parlamentares e integrantes da sociedade civil divulgaram uma carta aberta contra os retrocessos nas políticas voltadas à infância e à juventude. (Crédito: Agência Brasil)

agosto



Acima: **Religião.** Organizações da sociedade civil e entidades religiosas manifestaram apoio à criação de delegacia de combate à intolerância religiosa no Ceará. (Crédito: Agência Brasil)

No alto, à direita: **Covid-19.** Médicos do coletivo Rebento fazem ato em Fortaleza em memória das 100 mil vítimas da doença, marca trágica que o Brasil atingiu em agosto (no restante do ano, o país dobraria esse número) (Crédito: Marília Quinderé/Divulgação/Coletivo Rebento)

Ao lado: **Audiência.** Políticas de renda básica foi tema de uma audiência pública virtual (Crédito: Ascom AL)



No início do mês de agosto, o Brasil alcançou a marca trágica de 100 mil mortes pela Covid-19, resultado da política irresponsável e da negligência assassina de Bolsonaro e seu governo.

Ao longo do mês, nosso mandato realizou audiências públicas e reuniões virtuais que trataram de temas como renda básica de cidadania, impacto da retomada das atividades econômicas sobre os idosos e homicídios de pessoas trans no Ceará.

Ainda sobre o público trans, a Defensoria Pública da União, a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Economia celebraram um acordo que permitiu aos transexuais e travestis terem o nome constando na Carteira de Trabalho. A decisão veio ao encontro da Lei Estadual 16.946/19, que já estava em vigor no Ceará

desde o ano passado, de autoria do nosso mandato e subscrita pelo deputado Elmano de Freitas (PT).

Mais de 150 entidades religiosas e organizações da sociedade civil assinaram manifesto público de apoio à criação de delegacia especializada no combate à intolerância religiosa no Ceará. A proposta é de autoria do nosso gabinete e tramita na Assembleia Legislativa na forma de um projeto de indicação.

A AL também aprovou emenda nossa ao PL 154/2020, de autoria do deputado Audic Mota (PSB), que assegura o direito a acompanhante para pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em internações destinadas ao tratamento de Covid-19. Com nossa proposta, o direito foi estendido a todos os pacientes com deficiência.

Pessoas trans. Comissão de Direitos Humanos e Cidadania promoveu reunião para discutir os assassinatos de travestis e transexuais. (Crédito: Divulgação)





Acima: **Funcionalismo**. Ato de apoio ao funcionalismo e contra a privatização do serviço público, realizado na Sede dos Correios, no Centro de Fortaleza (30.9). (Crédito: Divulgação)

No alto, à direita: **Meio Ambiente**. Na Sabiaguaba, em ato em defesa das dunas e contra a especulação imobiliária (13.9). (Crédito: Divulgação)

Ao lado: **Eleições**. Em mais uma disputa à prefeitura de Fortaleza, mobilizamos uma campanha militante e aguerrida em meio a tantas dificuldades e restrições (Crédito: Divulgação)



setembro



Setembro amarelo. Solenidade no Ministério Público reafirma importância da campanha de conscientização e prevenção do suicídio. (Crédito: Divulgação)

Ao longo de todo o ano, levamos diversas vezes ao plenário da Assembleia o tema dos concursados de 2018 da Secretaria de Educação do Estado (Seduc), que terminariam o ano de 2020 aguardando convocação pelo governador Camilo Santana. Em setembro, denunciámos que esses profissionais poderão ser atingidos pela perversa reforma administrativa de Bolsonaro e Guedes, que prevê o fim da estabilidade dos concursados e a retirada de uma série de outros direitos.

Na Sabiaguaba, apoiamos a luta dos moradores e moradoras em defesa da floresta e das dunas e contra a especulação imobiliária. Na luta em defe-

sa dos direitos sociais, estivemos ao lado do funcionalismo contra a privatização do serviço público e manifestamos nossa solidariedade em favor dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios e das empresas públicas.

Através da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, realizamos audiência pública para discutir sobre a conscientização e prevenção ao suicídio, em alusão à campanha do “Setembro Amarelo”. Também em setembro, começamos oficialmente nossa caminhada na disputa da prefeitura de Fortaleza ao lado de Raquel Lima (PCB), numa campanha que, mesmo diante de tantas restrições e dificuldades, foi feita com muita garra por nossa militância.

outubro



Acima, à esquerda: **Direitos Humanos**. Manifestação contra tortura e violência nas unidades prisionais. (14.10) (Crédito: Divulgação)

Ao lado: **Dia do professor**. Data foi marcada por ato dos concursados da Seduc que aguardam convocação pelo governo (15.10)

Acima: **Moradia**. Reunião na Habitafor sobre a situação de moradia das famílias do Alto da Paz, no bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza. (29.10) (Crédito: Divulgação)

Em outubro, um manifesto assinado por nosso mandato e mais 40 instituições que atuam na luta em defesa dos direitos humanos foi entregue ao governador Camilo Santana. O documento denunciou o aumento das mortes por intervenção policial no Estado e a persistência da violência policial nos territórios periféricos e de maioria negra.

A violência institucional também foi objeto de um protesto realizado por familiares de pessoas privadas de liberdade, que se reuniram na Praia de Iracema, no dia 14, e seguiram em caminhada em direção à Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará (SAP). O ato tinha como objetivo denunciar relatos de tortura e violência nas unidades prisionais.

No parlamento, começou a tramitar um PL de nossa autoria - construído a partir de uma sugestão da Pastoral Carcerária - que denomina “Dom Aloisio Lorscheider” o novo equipamento cultural e esportivo que será construído no local do antigo Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I (IPPOO I), no bairro Itaperi.

Na área de moradia, também acompanhamos a luta das famílias da Ocupação Carlos Marighella, no Mondubim; e do Alto da Paz, no bairro Vicente Pinzon.



Homenagem. Projeto de lei denomina “Dom Aloisio Lorscheider” o novo equipamento cultural e esportivo que será construído no local do antigo Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I (IPPOO I), no bairro Itaperi (Crédito: Divulgação)

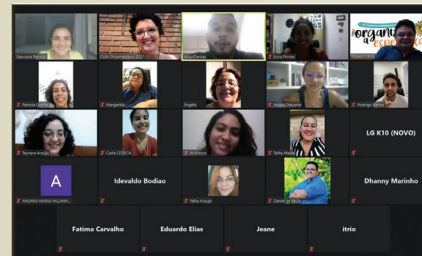
novembro



Conferência. Os 30 anos do ECA foram tema da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada pelo Conanda (27.11).

Orçamento. Este ano, as oficinas para construção coletiva das emendas do nosso mandato ao orçamento estadual aconteceram de forma virtual.

Agrotóxicos. STF julgou inconstitucional tentativa do governo do Estado de afrouxar as regras de licenciamento ambiental.





Chacina. O mês de novembro marcou os cinco anos da “Chacina do Curió”.

A maior chacina da história do Ceará, a chamada “Chacina do Curió”, completou cinco anos em novembro. São cinco anos de um crime brutal que aguarda punição; cinco anos de espera por justiça por parte das mães e parentes das vítimas. A chacina foi o mote para a criação da Semana Estadual de Prevenção dos Homicídios na Adolescência, transformada em lei (14.482/17) através de um projeto de nossa autoria.

Na área ambiental, tivemos uma grande vitória. Ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6288 foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a Resolução 2/2019 do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará. O documento afrouxava as regras ambientais e dispensava do licenciamento propriedades de até 30 hectares que usam agrotóxicos.

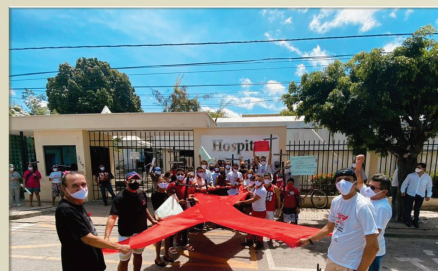
Ainda celebrando os 30 anos do ECA, participamos da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada de forma virtual pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

dezembro

Moradia. Negociação com a prefeitura garantiu a desafetação de um terreno público para abrigar as famílias da Comunidade Carlos Marighella

UECE. Professores e professoras da UECE realizaram uma jornada de atos por melhores condições de trabalho ao longo do mês de dezembro (10.12) (Crédito: Divulgação)

HIV. Grande ato em frente ao Hospital São José denunciou os problemas da rede de atendimento às pessoas convivendo com HIV e AIDS no Ceará (1.12) (Crédito: Divulgação)





Prêmio. Em solenidade na Praça do Ferreira, o prêmio Frei Tito de Direitos foi entregue para a Irmã Inês Barros (in memoriam)
(Crédito: ASCOM-AL)

O ano terminou com uma importante vitória das famílias da Ocupação Carlos Marighella, no Mondubim, que nosso mandato acompanhou durante todo o ano. O despejo da ocupação foi suspenso pela justiça e, após uma negociação com a prefeitura, a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei que desafeta um terreno municipal para abrigar a comunidade.

Além da vitória da luta por moradia, o mês de dezembro marcou uma importante série de comemorações para a luta em defesa dos direitos humanos. O escritório Frei Tito, da Assembleia Legislativa, comemorou 20 anos de atividade com um grade seminário; e o prêmio Frei Tito de Direitos Humanos foi entregue para a Irmã Inês Barros Lima (in memoriam), numa linda solenidade na Praça do Ferreira.

Essa agenda de comemorações reflete a centralidade do debate em torno dos direitos humanos em tempos de avanços de ideologias autoritárias e antidemocráticas, em particular no Brasil de Bolsonaro. Não há sociedade democrática sem a defesa desses direitos.

Destaque também para o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, que foi comemorado com um grande ato em frente ao Hospital São José; e para o aniversário de cinco anos de instalação do Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, do qual ocupamos a presidência.

pandemia

em tempos de covid, a defesa da SUS e do SUAS

Desde o início da crise sanitária decorrente da pandemia do Coronavírus, nosso mandato atuou no sentido de apresentar e fortalecer iniciativas voltadas à proteção social e às garantias fundamentais da população. Em particular, das pessoas mais vulneráveis no contexto de isolamento social. São trabalhadores informais, população em situação de rua, estudantes da rede pública de ensino, além de categorias profissionais impactadas mais diretamente pela pandemia, como os trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde. Ao longo desses meses, temos proposto medidas que preservam direitos no contexto de calamidade pública e apontam mecanismos que garantam a transparência dos gastos por parte do poder público.

Logo na noite do dia 16 de março, quando foi decretado estado de emergência de saúde pública no Ceará, um dia após o registro dos primeiros casos de Covid-19 no estado, nosso mandato protocolou

na Assembleia Legislativa o projeto de lei 64/2020. A proposta instituía um “programa de diretrizes de atenção às populações mais vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias”. Entre outras medidas, o PL previa que, em situações de emergências sanitárias formalmente declaradas pelas autoridades competentes, serão garantidos benefícios socioassistenciais à população não atendida por benefícios previdenciários.

Desde então, seguimos acompanhando com preocupação e prudência a evolução do coronavírus no País e, em especial, no Ceará. Ao mesmo tempo que cobramos ações e providências de órgãos e instituições públicas, procuramos incidir no debate legislativo com criatividade e sensibilidade em relação às demandas da população. Apresentamos, por exemplo, um projeto que destina metade das vagas de UTI na rede privada para usuários do SUS; outro que permite ao poder executivo utilizar

prédios abandonados para o acolhimento da população de rua; e ainda uma emenda que garante controle e transparência dos gastos realizados pelas prefeituras que enfrentam o quadro de calamidade pública formalmente reconhecido pelo parlamento cearense.

Entre os projetos apresentados, Renato propôs a destinação de metade das vagas de UTI na rede privada para usuários do SUS





eleições 2020

uma gratidão só, vários agradecimentos

Num ano tão difícil, queremos agradecer e reconhecer aqueles e aquelas que estão conosco. Nas eleições municipais de novembro, o PSOL voltou à Câmara Municipal de Fortaleza porque teve uma chapa robusta, formada por lutadores e lutadoras das mais diversas bandeiras. A eleição da mandata coletiva Nossa Cara e do Gabriel Aguiar foram vitórias lindas e conquistadas pela força de pautas e coletivos que encantaram a cidade - sopros de renovação que também vemos Brasil afora. Farão muita diferença na cidade! Todos e todas que compuseram nossa chapa são vitoriosos, porque só há vitória em coletivo.

Passadas as eleições, queremos agradecer ao PSOL e ao PCB, às nossas generosas e dedicadas militâncias. Queremos agradecer em especial à Raquel Lima, uma lutadora cheia de firmeza, alegria e que nos dá uma esperança enorme. Foi uma felici-

dade partilhar essa caminhada com ela. Os ventos da política estão mudando, como mostra a derrota de bolsonaristas em várias cidades, entre elas, Fortaleza. O PSOL também colheu sua primeira grande vitória no interior do estado, com a eleição de três vereadores e do prefeito Edson Veriato em Potengi! Disso estamos muito orgulhosos.

Fomos muito pressionados pelo medo do bolsonarismo e pelo apelo ao chamado voto útil. Por isso mesmo, queremos reiterar o valor imenso daqueles e daquelas que, apesar de todas as adversidades, estiveram conosco e construíram nosso programa para a cidade - do qual nos orgulhamos muito e é uma bela síntese das lutas das Fortalezas. A vocês, deixamos nosso afeto. Vamos continuar lutando. É essa a nossa vida. Amamos Fortaleza e nossa luta é para que ela seja justa, humana, ecológica, solidária, inclusiva. O próximo dia é a próxima luta.

iniciativas

O ano de 2020 foi muito atípico em função da pandemia. Foi um ano de poucos encontros presenciais, mas de muita resistência: ao avanço do autoritarismo, ao projeto genocida de Bolsonaro de descaso com a saúde da população e à destruição de direitos sociais. Nas redes, nas articulações dos coletivos e dos movimentos sociais e mesmo nas raras manifestações de rua, muito foi gestado e muito foi compartilhado. Algumas dessas ideias e alguns desses sentimentos se transformaram em iniciativas legislativas apresentadas por nosso mandato ao longo do ano. Foram projetos de lei e projetos de indicação que trataram da defesa da saúde pública, da educação, dos direitos humanos e um conjunto de outros temas que estiveram na ordem do dia.

Ao todo, nosso gabinete apresentou 15 propostas legislativas em 2020, sendo 11 projetos de lei e quatro projetos de indicação. Em nosso segundo mandato, já são 15 leis sancionadas. Nesses dois anos, foram 39 projetos de lei apresentados - 15 dos

quais aprovados -; e 14 projetos de indicação - com dez deles aprovados. Parte dessas propostas (13 projetos) foram apresentadas em co-autoria ou foram subscritas por outros parlamentares. Toda essa produção do segundo mandato se junta aos projetos construídos e aprovados em nosso primeiro mandato na Assembleia (2015-2018), quando aprovamos 11 projetos de lei e 9 projetos de indicação. Ou seja, em seis anos de Assembleia a despeito de sermos um mandato de oposição de esquerda ao governo do Estado, conseguimos aprovar 45 projetos, média de 7,5 projetos por ano.

LEIS SANCIONADAS

Lei 17.212 (PL 64/20) - Institui programa de diretrizes de atenção as populações mais vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias no Estado do Ceará e dá outras providências.

Lei 17.246 (PL124/20) - Determina procedimento virtual de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas por Covid-19 em hospitais públicos, privados, de campanha e estabelecimentos afins, sediados no território do Estado do Ceará.

Lei nº 17.208 (PL 77/2020) - Dispõe sobre as ações de proteção aos consumidores da rede privada de ensino, durante o plano de contingência do novo coronavírus (COVID-19). (Co-autoria: Marcos Sobreira (PDT), Augusta Brito (PCdoB), Elmano Freitas (PT), Fernando Santana (PT), Guilherme Landim (PDT), Carlos Felipe (PCdoB), Leonardo Pinheiro (PP), Apóstolo Luiz Henrique (PP), Romeu Aldigueri (PDT), Jeová Mota (PDT), Nizo Costa (PSB), Osmar Baquit (PDT) e Nelinho (PSDB).

PROJETOS APRESENTADOS E QUE SEGUEM TRAMITANDO

PL 81/20 - estipula a reserva de leitos no limite de até 50% nos hospitais privados para pacientes de covid-19, assim como fila única para internação compulsória de paciente de covid-19

PL 98/20 - suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados, durante o período emergência decretada por ocasião da pandemia causada pelo novo coronavírus

PL 103/20 - Dispõe sobre a Instituição da Política de Proteção dos Profissionais Saúde com Atuação no Atendimento aos Pacientes acometidos com o COVID-19, durante o período da pandemia no Estado do Ceará, na forma que menciona. (com Carlos Felipe (PCdoB)

PL 107/20 - dispõe sobre o serviço de acolhimento institucional da população em vulnerabilidade social durante a situação de calamidade decretada em razão da pandemia do coronavírus.

PL 119/20 - Dispõe sobre a suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento dos militares e servidores

públicos estaduais no âmbito do estado do Ceará. (Co-autoria: Carlos Felipe e Fernando Santana).

PL 157/20 - institui diretrizes sanitárias para o retorno das atividades educacionais presenciais durante a pandemia do novo coronavírus no Estado.

PL 293/20 - denomina “Dom Aloísio Lorscheider” equipamento desportivo-cultural a ser construído no antigo instituto penal Olavo Oliveira.

PL 326/20 - assegura o direito à tradução simultânea para a língua brasileira de sinais de pronunciamentos oficiais de agentes políticos do Estado.

PROJETOS DE INDICAÇÃO APROVADOS

PI 92/20 - dispõe sobre a criação da delegacia especializada de combate à crimes cibernéticos.

PI 74/20 - dispõe sobre a criação de memorial em homenagem às vítimas do novo coronavírus no Estado do Ceará.

PROJETOS DE INDICAÇÃO TRAMITANDO

PI 96/20 - dispõe sobre a criação da delegacia especializada de combate à intolerância religiosa.

PI 43/20 - dispõe sobre direito de participação sociopolítica de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania.



Em seis anos de Assembleia, mesmo fazendo oposição de esquerda ao governo do Estado, Renato conseguiu aprovar 45 projetos.

Transparência

Um deputado tem direito à verba de gabinete ou de assessoria, para contratar assessores, e também à verba de desempenho parlamentar, para o custeio de

despesas com o exercício do mandato como impressão de materiais gráficos diversos, transporte, telefone, internet, alimentação.

VERBA DE ASSESSORIA

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Fevereiro	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Março	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Abril	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Maio	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Junho	91.756,69	82.723,00	24	3.446,79	9.033,69
Julho	91.756,69	79.958,00	22	3.634,45	11.798,69
Agosto	91.756,69	78.441,00	21	3.735,28	13.315,69
Setembro	91.756,69	78.441,00	21	3.735,28	13.315,69
Outubro	91.756,69	73.445,00	20	3.672,25	18.311,69
Novembro	91.756,69	73.445,00	20	3.672,25	18.311,69
Dezembro	91.756,69	73.445,00	20	3.672,25	18.311,69

A transparência plena e o cuidado no uso desses recursos são uma das marcas da nossa atuação parlamentar. Tanto que, em nossos primeiro mandato (2015-2018), economizamos quase meio mi-

lhão de reais dos recursos a que tínhamos direito, saldo que volta ao Tesouro Estadual. Nesse segundo mandato, continuamos sendo um dos mandatos que menos gastam.

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR - VDP

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	9.185,62	22.374,31	22.374,31
Fevereiro	31.559,93	25.094,12	6.465,81	28.840,12
Março	31.559,93	11.626,42	19.993,51	48.773,63
Abril	31.559,93	16.392,21	15.167,72	63.941,35
Maiο	31.559,93	8.262,87	23.297,06	87.238,41
Junho	31.559,93	5.863,28	25.696,65	112.935,06
Julho	31.559,93	5.787,96	25.771,97	138.707,03
Agosto	31.559,93	8.332,88	23.227,05	161.934,08
Setembro	31.559,93	4.937,96	26.621,97	188.556,05
Outubro	31.559,93	6.603,41	24.956,52	213.512,57
Novembro	31.559,93	5.656,42	25.903,51	239.416,08
Dezembro	31.559,93	14.347,23	17.212,70	256.628,78

MANDATO

é tempo de resistência

DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO - PSOL

Afrânio Castelo

Chefe de gabinete

Angeline Carolino

Ass. Administrativa

Cecília Feitoza

Ass. de Articulação Política

Érica Pontes

Ass. de Meio Ambiente

Evelyn Barreto

Ass. de Comunicação

Felipe Araújo

Ass. de Comunicação

Geovana Patrício

Ass. Jurídica

Hugo Dantas

Ass. Jurídica

Jéssica Rebouças

Ass. de Juventude

José Filho

Motorista

Leila Paiva

Ass. Jurídica

Lídia Rodrigues

Ass. de Direitos Humanos

Lucimar Rocha

Secretária

Luly Pinheiro

Ass. de Comunicação

Margarida Marques

Ass. de Direitos Humanos

Marcel Cabral

Ass. de Movimentos Sociais

Mariana Tamas

Ass. de Comunicação

Moesio Mota

Ass. de Articulação Política

Monica dos Santos

Ass. de Movimentos Sociais

Nestor Bezerra

Ass. Sindical

Nildo Dantas

Motorista

Paulo Giovani

Ass. Regional/Sertão de Crateús

Raíssa Veloso

Ass. de Comunicação


Soraya Tupinambá

Ass. de Meio Ambiente



 www.renatoroseno.com.br

 [/RenatoRoseno50](https://www.facebook.com/RenatoRoseno50)


 [@renatoroseno](https://twitter.com/renatoroseno)

 www.telegram.me/renatoroseno

 [@renatoroseno](https://www.instagram.com/renatoroseno)

 contato@renatoroseno.com.br

 (85) 99864.5050 // (85) 3277.2792

 Av. Desembagador Moreira, 2807
Gabinete 314
Dionísio Torres | 60.170-900
Fortaleza/CE